

## **V EPEA – Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental**

**Conferência<sup>1</sup> do professor Afrânio Mendes Catani  
31 de outubro de 2009**

### **Configuração do campo de pesquisa em educação ambiental**

#### **Afrânio Catani**

Bom dia a todas e a todos. É um prazer estar aqui com vocês. Gostaria de agradecer à Comissão Organizadora do V Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental, em especial à professora Heloísa Cinquetti, que me fez o honroso convite. Agradeço as gentis palavras do professor Luiz Carlos Santana na abertura.

Combinamos que a minha fala, hoje, iria se estruturar a partir do conceito de campo em Pierre Bourdieu, indicando algumas análises das configurações de campos sociais que pudessem contribuir para a reflexão sobre a emergente constituição do campo da pesquisa em Educação Ambiental.

Pretendo fazer um esforço no sentido de tentar estabelecer um diálogo com vocês. Então, a partir dessa postura, levantei algumas matérias jornalísticas do jornal *Folha de S. Paulo*, publicadas durante o mês de outubro de 2009, não com a finalidade de lhes ensinar algo a respeito, mas sim para chamar a atenção, mostrar os embates que caracterizam o que vim falar hoje, que é essa noção de campo para Bourdieu. Tomei, também, a programação das duas últimas reuniões da ANPEd, do GT de Educação Ambiental. Enfim, penso que seria necessário expor alguns conceitos do autor e procurar fazer um pouco desse meio de campo, tentando mostrar isso. Eu vou utilizar aqui trechos da prova de um concurso que realizei recentemente, com base na teoria de Pierre Bourdieu. Nós temos nesse concurso que ler um texto, uma prova chamada de erudição. Como eu fui aprovado, e o professor Pedro Jacobi esteve na minha banca, então, se algo não sair bem, a culpa é dele; ele é o grande responsável!

Em primeiro lugar, é necessário dizer que a noção de campo, para Bourdieu, como tantas outras noções e conceitos que ele trabalhou, foi

---

<sup>1</sup> Transcrição de Ariane Di Tullio.

construída. Seus construtos teóricos não são estáticos, foram construídos com uma interligação direta aos seus processos de pesquisa, aos seus processos de investigação. Eu conheço razoavelmente a sociologia francesa, mas não conheço outro autor a não ser Bourdieu, que teve uma obsessão quase absoluta de fazer, de realizar durante toda a sua vida pesquisas empíricas. E tais conceitos, como acontece com pessoas que inovam, que revolucionam campos de conhecimento, vão se flexibilizando, vão se transformando – isso não é novidade. Se se acompanhar a obra de Marx, por exemplo, se poderá ver de que forma ele foi utilizando determinadas noções, determinados conceitos e categorias; como eles foram se alterando ao longo dos anos e dos textos. Com Weber e Durkheim acontece algo semelhante; contemporaneamente, talvez com Michel Foucault.

Bourdieu hoje, em certo sentido, está na moda: é utilizado, a exemplo de Foucault e de outros pensadores, de maneira muito flexível. Mas ele não é um autor fácil de se trabalhar. Isso porque, se levamos às últimas consequências sua metodologia de trabalho, temos que estar situados numa posição mais sólida na universidade ou onde estivermos trabalhando, ou seja, como se diz em certas vertentes da sociologia, necessitamos possuir uma “fala autorizada”, porque senão caímos do cavalo. Bourdieu, quando elabora a análise de determinado campo, mostra quem é quem nesse espaço social, quem são os dominantes e os dominados. Mas dominados no sentido de serem agentes sociais que não têm o poder de estabelecer a agenda naquele campo. É algo complicado, pois muitas vezes as pessoas não entendem a metodologia e a epistemologia do autor, gerando uma série de mal-entendidos.

Assim, quando nos valemos dessa forma de trabalhar, quando damos nome aos bois, a situação pode se complicar para o pesquisador. O próprio Bourdieu, na França, arrumou inimigos eternos. Por exemplo, ao analisar o campo acadêmico francês, quem não tem um posto de trabalho em instituições de ensino superior ou de pesquisa em Paris tem muita dificuldade para se destacar. Então, muita gente que acompanha as conclusões do autor, após ele ter realizado vastas pesquisas, às vezes acaba por se revoltar. “Poxa, estou em Lyon, ou em Marselha, ou em Lille, sou um acadêmico aplicado, escrevo, produzo, vou a congressos e seminários e vem Bourdieu me dizer que sou dominado, que sou mais dócil, mais servil às regras do campo, que minha autonomia é mínima...”. Isso gera fortes reações contrárias aos escritos do sociólogo francês. Ao trabalhar a dominação masculina, em um livro que gerou muita polêmica, ele dissecou as representações sociais que existem em torno do papel do homem e da mulher, representações que existem há séculos ou décadas.

Eu começaria minha fala procurando mostrar, ancorado em Bourdieu, que nada do existente nesses espaços sociais que se estão chamando de campo é natural. Quando se trata de algo relacionado à academia, tais espaços são socialmente construídos e constituídos, existe toda uma estrutura em funcionamento e há uma forte regulação pelos pares. Cada vez mais eu venho trabalhando com literatura, e em especial com um autor português menos conhecido aqui no Brasil. A gente conhece o Saramago, mas o Saramago quase que ofusca os demais, dado o seu enorme prestígio. Falo de um autor que viveu entre 1907 e 1995, chamado Miguel Torga. E, em vários textos que eu tenho escrito, venho usando epígrafes ou trechos de Torga, quando ele fala da escola de Portugal. Torga fez diários de 1932 a 1993. O homem escreveu sessenta e tantos anos de diário, mais de 50 livros e era um otorrinolaringologista que viveu em Coimbra e também clinicou durante décadas, de manhã à noite, em seu consultório. No dia 03 de julho de 1940 escreveu em seu diário o seguinte: “Hoje, de manhã, interroguei um pescador. O mar, o que será isto? Respondeu-me textualmente: – Muitas águas que se juntaram...”. É correta a resposta? Claro! Lembra um pouco aquele poeta do Pantanal, o Manoel de Barros: “Muitas águas que se juntaram...”. A resposta é correta, mas, ao mesmo tempo, o conteúdo da resposta não nos ajuda muito se quisermos examinar isso sociologicamente. Como e de que maneira se juntaram essas águas? Bom, aí teríamos talvez que voltar à gênese, é meio complicado, necessitaríamos de um especialista para dar conta da formação dos oceanos. Talvez fenômenos da natureza poderiam ser a explicação para tudo isso. Nosso outro autor, Bourdieu, vai mostrar que não existem fenômenos da natureza num determinado campo social. Esse espaço é construído e constituído socialmente. A exemplo de Miguel Torga, esse português que trabalhou durante anos e anos, Bourdieu foi um lutador incansável. Ao longo de 45 anos, desenvolveu uma sociologia em que se estuda a lógica da dominação social nas sociedades de classe e os mecanismos pelos quais ela se disfarça e se perpetua, procurando extrair os princípios que regem essa lógica a partir de análises concretas. Ou, segundo um amigo e colaborador de Bourdieu, Loïc Wacquant, uma das principais contribuições da sociologia de Bourdieu foi a construção de uma antropologia generativa dos poderes focada na maneira especial que as fórmulas simbólicas dão à respectiva operação, conversão e naturalização. Ou seja, da mesma maneira que o pescador diz que o mar é formado por muitas águas que se juntaram, todos nós, quando “lemos” a realidade, já a enxergamos cristalizada. Bem, o que Bourdieu vai dizer seria algo mais ou menos assim: o que está cristalizado é resultado de um longo processo

para que isso aparecesse assim aos nossos olhos. E é esse processo que necessita ser examinado, esquadrihado, explicado.

Pontuando um pouco mais: experimentamos, na academia, ainda nos anos 1960, ao longo da década de 1970 e em parte da de 1980, a ação de uma vertente analítica muito forte que ficou conhecida pelo nome genérico de semiologia e que se dedicava em profundidade à análise de discursos. Bourdieu vai centrar suas baterias contra essa vertente, dizendo o seguinte: se analisarmos os discursos e tomarmos esse conteúdo pelo que foi dito, ou seja, realizarmos uma análise fria do discurso, concederemos a ele tudo aquilo que não se deve conceder, isto é, a autonomia. Esse discurso não possui autonomia, está sendo proferido por agentes que estão numa determinada estrutura social e se encontram em determinadas posições em um campo social específico. Dessa maneira, se não enxergamos de que *lugar* esses agentes estão falando, não vamos entender nada. Temos aqui um exemplo concreto: hoje eu estou falando e vocês estão aí na plateia, mas, geralmente, eu estou na plateia e alguns de vocês estão falando aqui nesta mesa. Então, o Quinto Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental está me concedendo uma fala autorizada, neste espaço específico. Mas há um exemplo melhor: abro a *Folha de S. Paulo* e leio na página três a “pergunta da *Folha*”. O jornal elege um determinado tema, escolhe dois articulistas representativos no campo que possuem posições contrárias a respeito e indaga se são contra ou a favor da temática. Se lemos quem é contra, imaginamos: “Puxa vida, é verdade, não é? Ele tem razão”. Aí lemos o artigo de quem é a favor e, muitas vezes, também tendemos a concordar. Bom, vamos ler os créditos dos articulistas e procurar verificar o porquê de se ser contra ou a favor. Roberto Giannetti da Fonseca é o presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne e faz uma defesa veemente de seus representados. Carlos Minc, ministro do Meio Ambiente, tem visão bem distinta acerca de um mesmo tema. Por sua vez, Minc e Reynold Stephanes, ministro da Agricultura, quase se agridem acerca dos desmatamentos. Ambos os ministros têm falas coerentes sobre o desmatamento, apesar de visões totalmente opostas. Bourdieu vai dizer, então, que, quando analisamos discursos, falas, declarações, não podemos deixar de verificar qual a posição que esse agente ocupa na estrutura desse espaço social determinado que estamos chamando de campo social.

Adiante mais uma coisa e depois retorno. Se examinarmos friamente os trabalhos do GT22 da ANPEd, os trabalhos do GT11 (política de educação superior), ao qual me encontro vinculado, ou vários outros GTs, deveremos observar há quanto tempo existe cada GT, quem está lá, como se deu (ou se dá) a história do grupo etc. Se não fizermos isso, vamos entender muito pouco do

que está se passando em cada GT. Vamos perceber, por exemplo, que alguns GTs têm mais fala autorizada do que outros, conseguem mais sessões especiais. Isso porque são grupos fundadores, tem gente que está na Associação há trinta anos. Do contrário, vamos fazer uma simplificação que não nos permite ter toda a compreensão dessa situação.

A noção de campo, para Bourdieu, substitui a de sociedade. Para ele, o campo é uma sociedade diferenciada, não se encontra plenamente integrada às suas funções sistêmicas; ao contrário, a sociedade é constituída por um conjunto de microcosmos sociais dotados de autonomia relativa, com lógicas e possibilidades próprias e específicas, com interesses e disputas irredutíveis ao funcionamento de outros microespaços, que são os campos. Então, essa sociedade seria dividida em várias esferas, e tais esferas têm algumas áreas totalmente irredutíveis às outras e outras bastante próximas. Na já mencionada prova que realizei para o meu concurso, vali-me de dois textos de Bourdieu para equacionar o que ele entendia como campo: um texto de 1980, “Algumas propriedades dos campos”, e outro, “Le champ littéraire” (1991), além de incluir algumas outras observações. Vou pedir licença a vocês para ler, aqui e ali, alguns trechos, para não me perder. Mas, é importante ressaltar, essas definições só têm sentido para Bourdieu em uma análise concreta. Assim, o autor vai examinar detalhadamente o campo literário, o campo da moda, o campo das histórias em quadrinhos, o campo jurídico, o campo acadêmico, o campo do poder, o campo político, o campo econômico e por aí afora.

Ministrei um seminário para a graduação no ano passado, para a moçada da pedagogia, mas tinha gente das ciências sociais também, embora a maioria das alunas e dos alunos fosse da educação. Trabalhamos com três ou quatro textos mais teóricos de Bourdieu e nos aprofundamos nas análises concretas que ele realiza. Aqui no país há excelentes trabalhos ancorados no autor, produzidos pelo professor Sergio Miceli, que examinam o campo das ciências sociais no Brasil, o campo artístico – o professor José Carlos Durand estudou as artes plásticas; há trabalhos desenvolvidos na Unicamp sobre o campo da filosofia brasileira; na UFSCar sobre o campo acadêmico no Brasil. Há alguma coisa acerca do campo jurídico e do campo econômico. Infelizmente, talvez não tenhamos ainda muita coisa, nessa perspectiva, sobre a temática com que vocês trabalham, no domínio da educação ambiental; eu não conheço. Mas temos indicações, indícios, instituições atuantes nessa área, eventos, encontros como o presente, sociedades, autores dedicados a escrever a respeito etc. Na USP há o Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM), em que o Pedro Jacobi se encontra credenciado. Enfim, em quase todas as instituições de

educação superior, hoje, há programas de pós-graduação sobre meio ambiente, com mestrados, doutorados, grupos de estudo etc.

Vou ler alguns dos elementos que mencionei há pouco acerca do que vem a ser o que Bourdieu chamaria de campo. “Um campo é um microcosmo incluído num macrocosmo no sentido de um espaço social (nacional) global”. “Cada campo possui regras do jogo e desafios específicos, irredutíveis às regras do jogo ou aos desafios de outros campos (o que faz ‘correr’ um matemático – e a maneira como ‘corre’ – nada tem a ver com o que faz ‘correr’ – e a maneira como ‘corre’ – um industrial ou um grande costureiro)”. Esses campos, esses microcosmos têm regras específicas: você não pode facilmente transportar o que é legítimo num campo para outro. O que você pode fazer, e o autor faz isso constantemente, é estabelecer relações de homologia, ou seja, as estruturas dos campos guardam semelhanças que podem ser transpostas para se analisarem contextos sociais distintos: dominantes, dominados, o que é legítimo, como se faz para atingir a legitimidade, as instâncias de celebração etc.

No campo acadêmico, hoje todos sabemos, na maior parte das áreas de conhecimento, podemos publicar, por exemplo, dois livros e três capítulos de livros, enquanto um colega publica dois artigos em periódicos internacionais famosos. Se isso efetivamente ocorrer, ele se tornará mais legítimo do que nós. As pessoas comparam os *Qualis* de periódicos, verificam, em vários domínios, os índices de citações, estabelecem-se *rankings* a respeito; ele vai ter uma melhor posição, talvez se torne mais conhecido do que o que publicou capítulos e livros, mas em veículos considerados menos prestigiosos. E as agências, o CNPq e a CAPES, vão dizer: “Olha, ele publicou numa revista internacional arbitrada por pares, só sai em inglês e não sei o quê, demora dois anos para o artigo sair, 90% do total dos artigos é rejeitado, tal e tal”. Isso em alguns campos funciona mais, em outros funciona menos, mas todo esse processo está tendendo à homogeneização. Na área de cinema, por exemplo, onde eu interajo bastante, pois faço história do cinema, ainda o livro, o capítulo de livro é fundamental; o periódico é um pouco menos valorizado, mas isso é uma exceção. Em educação nós pagamos um preço alto, pois a CAPES, vira e mexe, ameaça não querer mais avaliar livros.

E Bourdieu continua em suas definições: “Um campo é um ‘sistema’ ou um ‘espaço’ estruturado de posições”. “Esse espaço é um espaço de lutas entre os diferentes agentes que ocupam as diversas posições”. “As lutas se dão em torno da apropriação do capital específico do campo (o monopólio desse capital específico legítimo) e/ou da redefinição daquele capital”. “O capital é desigualmente distribuído dentro do campo e existem, portanto, dominantes e dominados”. A pessoa que possui mais capital que o outro tem

mais capacidade de mobilizar o campo a seu favor. Temos um sociólogo norte-americano, falecido em 1962, que foi bastante conhecido por suas obras e hoje está um pouco esquecido. Foi famoso, também, por ser contra o *establishment*: trata-se de Charles Wright Mills. Wright Mills, como é referido, tem um livro fabuloso chamado *A imaginação sociológica*. Num dos capítulos, chamado “O ethos burocrático”, ele vai criar a figura do “estadista acadêmico”. Foi um petardo desferido fundamentalmente contra Talcott Parsons, que era biólogo e bandeou-se para a sociologia. E quem é o estadista acadêmico? É aquele docente pesquisador que é “dono”, ou seja, que montou um grande laboratório, que consegue os financiamentos, que é líder de grupos de pesquisa, que possui assentos cativos nas principais sociedades científicas, que participa constantemente de projetos e de intercâmbios com o exterior e que integra os comitês e conselhos editoriais das principais revistas acadêmicas de seu campo. Ou seja, é a pessoa que possui uma das falas mais autorizadas naquele domínio do conhecimento. Wright Mills vai dizer que essa pessoa, em geral, escreve menos, pois já escreveu o suficiente para ser uma referência na área. Mas continua a produzir. Quando escreve, não é em geral mais ele quem escreve, são as pessoas que trabalham com ele; entretanto, seu nome sai em todos os artigos publicados pelo grupo e nos livros. Eu não vou, por questão ética, citar nomes, mas um orientando e eu estávamos fazendo, há cinco anos, uma pesquisa nos currículos *Lattes* e nos chamou a atenção a alta produtividade de docentes da Faculdade de Medicina da USP e da UNESP. Mas um professor, em especial, se destacou, pois havia publicado mais de 40 trabalhos no ano anterior, quase todos em revistas acadêmicas bem qualificadas, a maioria no exterior. Esse docente era professor titular e uma referência em sua área. Dos quarenta e tantos artigos, ele não havia assinado nenhum sozinho, eram todos em coautoria. Ou seja, a lógica era muito clara: tudo o que sai do laboratório dele tem o seu nome. O campo acadêmico em sua área considera isso legítimo.

Na área de educação as coisas são muito distintas. Se escrevo um artigo com outras quatro pessoas, esse artigo praticamente nada vale, porque se estabeleceu que podem ser até três os coautores. Se escrevo um capítulo de livro com cinco pessoas, isso é pouco pontuado. Pois bem, na área médica é muito comum encontrar um artigo de três ou quatro páginas, publicado em revista eletrônica, que possui política editorial altamente seletiva e que cobra para publicar – geralmente são revistas de prestigiosas sociedades científicas. E, muitas vezes, esse artigo tem uma dezena de autores. E vale, e as pessoas obtêm toda a legitimidade possível. Então brincamos: “Bom, então, nesse artigo, cada um escreveu em média 5 linhas”. Mas qual é o teor do texto? É uma ampla

pesquisa aplicada na área de cardiologia, em que foram utilizadas determinadas drogas para um tipo específico de tratamento etc. Estou contando isso apenas com a finalidade de ilustrar que cada *campo* do conhecimento – aí eu grifo a noção de campo – tem suas normas específicas. Então, quando muitas vezes a CAPES ou o CNPq padronizam isso, nós das áreas de humanas tendemos a perder, porque não temos tanto essa tradição de pesquisa conjunta; a autoria em humanidades é entendida de outra forma. A ideia do trabalho coletivo é mais recente e se dá de maneira mais fragmentada. Então, “a distribuição desigual do capital determina a estrutura do campo, que é, portanto, definida pelo estado de uma relação de força histórica entre as forças (agentes, instituições) em presença no campo”. “As estratégias dos agentes são entendidas se as relacionarmos com suas posições no campo”. “Em luta uns contra os outros, os agentes de um campo têm pelo menos interesse em que o campo exista e, portanto, mantêm uma ‘cumplicidade objetiva’ para além das lutas que os opõem”. Ou seja, eu posso brigar com todo mundo, mas as minhas brigas têm que ir até certo ponto: se eu radicalizar demais, se todo mundo radicalizar demais a briga interna, esse campo acabará. Assim, há os instrumentos regulatórios, internos a cada campo, para fazer com que certas regras mínimas sejam observadas. “Entre as estratégias invariantes, pode-se ressaltar a oposição entre as estratégias de conservação e as estratégias de subversão (o estado da relação de força existente). As primeiras são mais frequentemente as dos dominantes e as segundas, as dos dominados (e, entre eles, mais particularmente, dos ‘últimos a chegar’). Essa oposição pode tomar a forma de um conflito entre ‘antigos’ e ‘modernos’, ‘ortodoxos’ e heterodoxos’...”.

“Logo, os interesses sociais são sempre específicos de cada campo e não se reduzem apenas aos interesses de tipo econômico”. “Cada agente do campo é caracterizado por sua trajetória social, seu *habitus* e sua posição no campo”. “Um campo possui uma autonomia relativa; as lutas que nele ocorrem têm uma lógica interna, mas o seu resultado nas lutas (econômicas, sociais, políticas...) externas ao campo pesa fortemente sobre as questões das relações de força internas”. Ou seja, a autonomia é relativa, mas o que vem de fora pode nos condicionar.

Talvez o melhor exemplo do que se está aqui dizendo seja o caso das nossas universidades do estado de São Paulo. As universidades possuem uma grande autonomia interna, mas somos condicionados pelos repasses das verbas que o governo estadual realiza, da quota-parte do ICMS. Na USP estamos, neste momento, numa briga de foice no escuro para eleger o(a) reitor(a). Há uma lista tríplice que vai para o governador, que tem a capacidade de nomear qualquer um dos três. Assim, nossa autonomia é relativa: se um candidato obtiver 114 votos, o outro candidato tiver 113 e o terceiro colocado, 92, não

será nenhuma violência, em termos jurídicos, o governador nomear o terceiro colocado. Será uma violência política, pois talvez ele compre briga com a universidade. Ou seja, temos esses condicionantes, a sociedade também nos condiciona. A primeira vez que Bourdieu utilizou a noção de campo foi justamente num artigo nos anos 1960 chamado *Campo Intelectual e Projeto Criador*. O artigo foi publicado na revista *Les temps modernes*, dirigida por Jean-Paul Sartre. Analisava, basicamente, o que era esse campo intelectual, quem eram os agentes que compunham tal campo, como se davam as ações no interior desse espaço. Abarcava as produções, os produtores, o teatro, o cinema, as artes, os processos de legitimação de artes e agentes. Bourdieu vai escrever, em seguida, um artigo maravilhoso chamado *Gênese e estrutura do campo religioso*, baseado muito na sociologia de Max Weber.

Na USP apenas aqueles que são professores titulares podem se candidatar ao cargo de reitor e vice-reitor. Uma coisa é você ser professor titular da Faculdade de Medicina, ou da Escola Politécnica, ou da Faculdade de Direito. Outra coisa é ser professor titular da Faculdade de Educação, ou da Escola de Educação Física, ou da Veterinária. Todos são professores titulares, mas têm pesos objetivos diferentes. É isso que o autor vai dizer. Mas, quando as pessoas ouvem isso, ficam ofendidas. Reclamam que há igualdade jurídica etc. Bourdieu vai trabalhar nessa dimensão, explorar os distintos aspectos que são associados a diferentes capitais, capital simbólico, capital político.

Avancemos um pouco mais: no início dos anos 1970, Bourdieu retoma os esquemas antes delineados e reformula a noção de campo intelectual, que vem a ser para ele parte da estrutura maior que constitui o campo do poder. Os intelectuais, enquanto possuidores de um capital cultural, integram a fração dominada das classes dominantes, mantendo relações ambivalentes com as frações dominantes das classes dominadas e com as classes dominadas.

Mas, perguntaria agora, que campos específicos a gente teria que trabalhar hoje, nesta conferência? Eu pensaria, talvez, em campos que guardam grande relação de proximidade. Seriam o campo universitário ou o campo acadêmico e o campo do poder ou o campo político, englobando instituições de educação superior, agências e instâncias reguladoras, ministérios, associações de classe etc. Quer dizer, é quase impossível a algum campo acadêmico ou universitário ter plena existência se não tiver, em seu interior, uma relação estreita com o campo do poder. Há as pessoas que realizam a política científica naquela área, os representantes junto aos órgãos de fomento à pesquisa. Elas se fazem ouvir ou são ouvidas nas tomadas de decisão naquele domínio. Tenho certeza de que eu não estaria aqui, ou grande parte de vocês não estaria aqui, se não houvesse alguma forma de financiamento para a realização do encontro. E,

se nós não tivermos as agências financiando a infraestrutura da universidade, os deslocamentos, as publicações, será muito difícil isso acontecer. E isso acontece porque existe certa noção de paridade: as pessoas que têm assento nos órgãos, nos organismos científicos, conseguem de alguma maneira fazer valer isso.

Eu ampliaria um pouco mais minhas reflexões. É quase impossível entender as transformações na educação superior brasileira a partir do governo Fernando Henrique Cardoso se não nos debruçarmos no papel desempenhado por algumas pessoas no interior desse campo. É o caso, por exemplo, de José Goldenberg, de Eunice Durham, de José Arthur Giannotti, de Simon Schwartzman. Com maior ou menor intensidade, foram essas pessoas que, de alguma maneira, fizeram a agenda do governo FHC e deram os contornos dessas transformações que enfrentamos até hoje, ou seja, reconfiguraram o campo da educação superior nos dois governos tucanos.

Eu escrevi um pequeno artigo, em coautoria com dois colegas, publicado em um livrinho editado pela Autores Associados, de Campinas, que passou completamente despercebido. Abordamos as decorrências da chamada “lista dos improdutivos” da USP, mais ou menos um ano depois dos lamentáveis acontecimentos. O que foi, afinal, essa lista? Todos nós fomos surpreendidos, num domingo, 28 de fevereiro de 1988, com uma imensa reportagem publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo* contendo uma lista nominal de mais ou menos mil e duzentos professores, ou seja, pouco mais de 20% da força de trabalho da USP, que não tinham produção científica alguma no biênio 1985-1986. Foi um choque total para a comunidade, para as famílias dos professores. Claro que nessa lista havia pessoas que tinham morrido – então, as publicações, creio, só poderiam ser feitas com a metodologia de trabalho de Chico Xavier... A verdade é que muitos dos nossos colegas escrevem pouco, têm produção relativamente baixa, ou não estavam adaptados aos cânones da produção dos “novos tempos”. As reações contra o reitor da USP (José Goldenberg) e contra o jornal foram violentas, com processos na justiça que tramitaram durante anos. Acabou não tendo consequências mais sérias para o reitor ou para o jornal, mas foi um baque muito grande para alguns professores, que se aposentaram, se sentiram atingidos na sua honra e na sua autoimagem etc.

Foi a partir desse acontecimento, no caso da USP, que as coisas se transformaram radicalmente: a ideia de produtividade logo se introjetou em quase todos os docentes, sendo que a maioria passou a produzir mais e, tão relevante quanto, passou a fazer cuidadosos registros dessa produção, através de informes departamentais, de relatórios das unidades de ensino, de fichas individuais. As alterações foram profundas nesse sentido. Talvez o melhor exemplo disso, desse quase panóptico foucaultiano, seja o currículo *Lattes*,

implantado alguns anos depois. Qualquer pessoa pode acessá-lo e saber tudo sobre nossas vidas acadêmicas, numa espécie de voyeurismo. Mas é, também, uma eficaz ferramenta de pesquisa que está disponível.

Hoje é impossível imaginar que um pesquisador sério diga assim: “Eu me recuso a preencher o *Lattes*”. Se assim o fizer, tal pesquisador estará morto academicamente, porque ele não vai poder se relacionar com a quase totalidade das agências, com as respectivas pró-reitorias e reitoria. Há uma revista, *Pesquisa FAPESP*, que é muito interessante. No número de janeiro de 2008 há uma entrevista com a professora Léa Velho, pesquisadora do Instituto de Geociências da Unicamp, em que ela põe o dedo na ferida falando algo próximo disto: “No Brasil temos uma tradição de não absorver os doutores nas empresas. Então, o que os doutores fazem? Eles fazem mestrado, doutorado e são absorvidos nas universidades. Nos Estados Unidos, e em grande parte da Europa, as pessoas vão trabalhar nas empresas. Há desemprego, mas eles são absorvidos. Nos Estados Unidos as empresas contratam os PhDs; nós não fazemos isso”. Ela dá essa primeira cutucada. Mas a cutucada maior vem a seguir: quando criaram o famoso índice de citações, a ideia original era a seguinte: sou pesquisador numa determinada área e queria saber o que está saindo nesse domínio, pois necessito manter-me informado e atualizado e não consigo tempo para, sozinho, ir atrás do que está sendo publicado cotidianamente, uma vez que eu trabalho, dou minhas aulas, faço pesquisa, tenho família, escrevo artigos. Assim, tenho um instrumento precioso que mapeia quem foi citado, em que periódicos e, a partir disso, posso ter acesso mais rápido ao que me interessa. Pois bem, mas esse índice foi adaptado para se converter em um instrumento de avaliação. Léa Velho vai dizer que esse sistema de mapeamento de citações acaba revelando coisas terríveis, e a gente consegue ver como os pesquisadores, em qualquer área, também são desonestos. É muito comum alguém copiar errado uma citação desse índice (erro na digitação do nome, data, paginação) ou existir uma referência que foi transcrita originalmente com qualquer erro. Então, eu leio o artigo de fulano de tal que cita e eu cito de segunda mão sem ter lido o artigo. Então, os erros de citação se repetem, e se repetem por vários e vários artigos e *papers*, em rede.

Hoje há uma lógica um pouco complicada. Eu quero mandar um trabalho para um congresso o mais legítimo possível na área, digamos, de meio ambiente. Muitas vezes esse congresso cobra taxas de inscrição que são verdadeiras fortunas, além de ter que se pagarem taxas de anuidades das associações científicas. Geralmente o trabalho vem publicado num CD. Vou colocar essa participação em meu *Lattes*. Se eu estiver credenciado num programa de pós-graduação avaliado pela CAPES com conceito 6 ou 7, isso

praticamente nem é considerado na minha produção. Por isso, as agências começam a dificultar o financiamento para tais eventos. Você viaja a outro continente, fica 12 horas no avião, permanece uma semana fora e, no congresso, tem uma fala de 12 minutos, às vezes em uma sala com poucas pessoas. O que isso quer dizer? Em termos da relação custo-benefício, se se analisar sob essa óptica, é uma tragédia. Entretanto, sabemos que as coisas não funcionam assim. Indo ao congresso, você vai ampliar seu universo cultural, aprender coisas novas, fazer contatos. Ou seja, não é o congresso em si, mas eventualmente tenho dificuldades para explicar isso para alguns parentes que não são da área. “Mas você vai para tal lugar? Você falou uma manhã inteira? Puxa, eles te pagam todas as despesas para falar 15 minutos? Como é que a gente faz para ter esse emprego aí?”. Ou então, me perguntam sempre: “Você dá aula todo dia, professor?”. “Não, só dou aula às terças-feiras”. “Ah, e o senhor não faz mais nada nos outros dias?”. Outro dia o taxista que me levava para a USP viu um caminhão-pipa onde estava escrito Prefeitura da Cidade Universitária e me perguntou: “Tem prefeito aqui?”. Falei: “Tem”. “Ele é eleito?”. “Não, não chegamos a tanto, mas tem o prefeito da cidade universitária”. Pode parecer meio anedótico tudo isso, mas o que significa? Há lógicas de operação de cada campo, de cada espaço social que não são as mesmas, são distintas. E, logicamente, as lógicas de compreensão igualmente são diferentes. Serão bem mais diferenciadas, ainda, em função da posição que cada um ocupa no interior desses campos sociais.

Nessa já mencionada prova de concurso, utilizei a teoria dos campos sociais de Pierre Bourdieu. Ele fala de campo acadêmico e eu utilizei a expressão campo universitário. O professor Luiz Antônio Cunha é bem crítico em relação a algumas posturas de Bourdieu, escrevendo que os trabalhos desenvolvidos pelo sociólogo francês suscitam muitos debates, havendo inclusive pesadas críticas ao conjunto de sua obra. Ele vai perguntar o seguinte em um artigo contido no livro *Universidade e Investigação Científica: Convergências e Tensões*: “Será apropriado falar-se de campo universitário? O próprio Bourdieu não teve dúvida a respeito, tanto que tratou dele num livro chamado *Homo Academicus*. No entanto, reluto em seguir o formulador do conceito, ao menos na delimitação do ‘perímetro’ desse campo. Ao estudar as universidades e uma *grande école* francesas, em obras separadas (esta última em *La Noblesse d’État*), Bourdieu fechou bastante o foco do estudo: concentrou-se nas faculdades de letras, ciências, direito e medicina, ao mesmo tempo em que deixou de lado setores importantes do ensino superior na França, em especial o setor privado (...) Valeria a pena considerar a hipótese que as universidades não constituem propriamente um campo. Elas participam pelo menos de 4 campos. Vamos a eles: campo educacional (...); campo profissional

(...); campo da pesquisa (...); campo cultural (...)”. Enfim, não estou dizendo que sou a favor de Bourdieu e contra Cunha, ou vice-versa. Apenas destaco que, quando utilizamos esses termos, campo acadêmico ou campo universitário, o que queremos dizer é que nos encontramos no interior de um espaço específico, dotado de regras próprias, com autonomia relativa (autonomia acadêmica ou universitária) e com instrumentos de regulação interna, geralmente estabelecidos pelos pares. No interior desse campo acadêmico ou universitário temos um conjunto de disciplinas, de áreas de conhecimento. E todo esse conjunto possui pesos distintos nessa estrutura, isto é, envolve a questão do poder, um poder meio invisível. Bourdieu escreveu um artigo no primeiro número de sua revista, *Actes de la recherche en sciences sociales*, em 1975, chamado *A hierarquia social dos objetos*, onde vai dizer o seguinte: “Todos nós somos pesquisadores, podemos ter até posição hierárquica, mas, dependendo do tema que trabalhamos, gozamos de prestígio acadêmico bem distinto”. Se nos basearmos fielmente no índice de citações, em determinadas áreas isso se torna bastante difícil. Suponhamos que eu seja um pesquisador em história da educação brasileira e especialista no período colonial. Posso ser muito bom, ter livros e artigos publicados no Brasil e no exterior e até ser conhecido no mundo ibérico, nos centros de estudos e de pesquisa europeus e norte-americanos, mas, certamente, vou ser menos citado e, talvez, menos lido do que alguém da área das ciências biológicas que está pesquisando acerca do genoma e já escreveu alguma coisa significativa nessa área.

Não dá para comparar ambas as áreas, não? Mas acabamos todos nós, de alguma maneira, participando do jogo e o reforçando. Ou então aquilo que é mais cruel para quem trabalha na pós-graduação hoje: as chances, as possibilidades de mudança são bem reduzidas. A situação é mais dura, mais cruel para quem se encontra atualmente credenciado junto a um programa de pós-graduação. Os coordenadores de programa são obrigados, praticamente, a cortar na carne, os coletivos de cada programa regulam rigidamente prazos e condições de credenciamento e de recredenciamento, em função do modelo de avaliação praticado pela CAPES.

Bem, gostaria de ir encaminhando para o final de minha conferência. Já estou falando há muito tempo e pediria a atenção de vocês por mais alguns minutos. Selecionei, da *Folha de S. Paulo*, uma amostra de artigos, reportagens e entrevistas publicados no jornal no mês de outubro de 2009. Vou fazer alguns destaques que julgo relevantes para que possamos conversar. Há um artigo de Cláudio Ângelo, editor de ciências do jornal, intitulado “Sem consenso governo adia anúncio da meta de carbono”. Em outra matéria, aparece um subtítulo mencionando “o negociador-chefe de clima do Brasil”: “Luiz Alberto Figueiredo

disse ontem que será ambiciosa a proposta que o país levará para a reunião do clima em Copenhague”, que ocorreu em dezembro de 2009. Há a informação segundo a qual efetuar as mudanças climáticas envolve um custo mundial estimado em 400 bilhões de dólares por ano, sendo que em alguns países ricos esse montante sairia dos respectivos PIBs, na proporção de meio a um por cento.

A questão climática será discutida pelo G77. Estamos acostumados com G7, G8, agora é o G77! Carlos Nobre, pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), falou o seguinte sobre a meta nacional de corte das emissões de CO<sub>2</sub>: “A ideia é tentar justificar reduções acima dos 20% do desmatamento. Se houver acordo entre o Minc e o Ministério de Ciência e Tecnologia, quem sabe o número sobe”. Há uma colunista social da *Folha de S. Paulo*, Mônica Bergamo. Grande parte do que sai em sua coluna são notas e recados políticos. Há duas notas preciosíssimas. A primeira intitula-se “Simple palpite”: “O Ministério da Agricultura quer colocar a sua colher na discussão das propostas brasileiras que serão apresentadas na Conferência do Clima em Copenhague. Até agora, apenas os Ministérios do Meio Ambiente, da Ciência e Tecnologia e das Relações Exteriores participam das conversas”. A agricultura está meio escanteada. O Ministério da Agricultura argumenta que “mais da metade dos gases que causam o efeito estufa vêm da área agrícola e do desmatamento”. A segunda notinha, “Palha”, revela que o Ministério da Agricultura já está reunindo estudos da UNICA (União das Indústrias de Cana-de-Açúcar), que representa os usineiros da FIESP e da EMBRAPA, com a finalidade de propor uma série de outras medidas. A partir disso, já temos uma ideia de como o campo está se configurando. Enquanto o ministro do Meio Ambiente deseja uma legislação bem rígida, o ministro da Agricultura elabora texto de medida provisória para anistiar desmatadores. Há uma proposta que o ministro da Agricultura vai levar ao presidente Lula que é exatamente o oposto ao pensamento do ministro do Meio Ambiente a respeito. Tem um certo apelo, pois, perguntam as matérias, como o Lula vai chegar a Copenhague sem uma proposta fechada relativa ao desmatamento? O Ministério da Agricultura estima que mais de 3 milhões de propriedades não vão cumprir isso. Assim, há que ser mais brando com a legislação para se chegar com um documento mais fechado quanto aos desmatamentos. O ministro do Meio Ambiente, como já se disse, tem visão oposta: entende que deveríamos, no limite, levar uma proposta mais dura, dizendo que vamos ter um período de transição, mas as normas são essas, a lei será mais dura e deverá ser cumprida.

Uma das pessoas mais ilustres, considerada o pai do acordo de Kyoto, é o embaixador argentino Raúl Estrada, que diz o seguinte: “Haverá acordo, mas não será tão minucioso como se desejava”. “E o que o senhor pensa a respeito do acordo, da reunião de Copenhague?” Ele responde: “Eu sou muito objetivo (...) Acho que a reunião deveria ser adiada, não deveria ocorrer... se os Estados Unidos não entrarem nessa história”, tudo pode ter pouco efeito prático. E Raúl Estrada chamava a atenção justamente para o fato de que o presidente Obama estava, naquele momento, tentando convencer os norte-americanos de que cada pessoa nos Estados Unidos deveria, no que se refere ao atendimento médico e à saúde, ter uma espécie de SUS, e a sociedade norte-americana ainda não estava tão bem convencida, estava bem dividida, com uma forte pressão contrária por parte dos republicanos. Então, Estrada acrescentava: “O ideal seria que a conferência fosse interrompida e reconvocada no meio do ano que vem, para que os Estados Unidos tenham tempo de aprovar no Congresso a lei de mudanças climáticas, que estabelece metas nacionais de redução de gases de efeito estufa”, além de fazer uma série de outras considerações, sendo a mais importante a seguinte: foi esse mesmo Congresso dos Estados Unidos que rejeitou o Protocolo de Kyoto em 77 “por conta do *lobby* do carvão”. A decisão abriu o caminho para a rejeição de Kyoto por George Bush em 2001.

Meu posto de trabalho, na Faculdade de Educação, encontra-se alocado em um departamento que se chama Administração Escolar e Economia da Educação. Para fazer um dos inúmeros concursos que realizei ao longo da vida, me caiu em mãos, há uns vinte anos, um livro que fala a respeito do surgimento do que se chama (ou chamou) administração escolar. Era de um autor norte-americano, cujo nome me escapa. Mas ele nos ensinava mais ou menos isto que vou narrar: a área de administração nos Estados Unidos (administração no sentido lato) sempre foi uma área bem avançada, a partir dos processos de organização e divisão do trabalho. Em administração escolar não se tinha quase nada. O que havia na área escolar eram meras adaptações do taylorismo e, em especial, do fayolismo a esse domínio; ou seja, tomava-se um paradigma empresarial e aplicava-se diretamente às instituições escolares. Evidentemente, nada funcionava muito bem. Existia uma sociedade de inspetores ou de administradores escolares, mas que não possuía esse nome, que começou a se indagar acerca do específico na área de administração escolar, propondo uma determinada estratégia para se pensar melhor a respeito: convidaram muita gente da área administrativa, organizaram algumas conferências e, num procedimento bem norte-americano, chamaram alguns especialistas e lhes encomendaram *papers*, bem pagos, para que essas pessoas escrevessem suas reflexões para a área educacional. Convidaram educadores para debater com essas pessoas como é

que eles viam as propostas que estavam sendo feitas... Então, o campo do que se equivale à administração escolar começou mais ou menos assim nos Estados Unidos, através de um impulso externo.

Quando examinei a produção na área de educação ambiental apresentada nas duas últimas reuniões anuais da ANPEd (2008 e 2009) e fiz uma listagem geral de todos os trabalhos, talvez se possa dizer que meio ambiente, e a educação ambiental em particular, se não é um campo, constitui-se em um subcampo, quer dizer, é uma área em processo de legitimação: tem agentes, alunos, professores, cursos, áreas de concentração, já possui produção significativa, há um ministério equivalente. E tem algo que é fundamental na reprodução de um campo, que é a criação de toda uma estrutura, que eu acho que vai permanecer, através da qual se preparam e se formam pessoas para formar outras pessoas, que irão trabalhar com meio ambiente. Ou seja, aos poucos, lentamente, foi sendo criada a conscientização da importância do meio ambiente. Volto à temática nos debates.

Eu comentava que o nosso colega Pedro Jacobi foi um dos responsáveis, na USP, pela distribuição de canecas de plástico, semelhantes às que estamos recebendo aqui no evento, com a única diferença de que têm o nome USP e são alaranjadas. Toda a comunidade da USP recebeu uma caneca, que também pode ser comprada nas livrarias do *campus* pelo preço de uma passagem de ônibus urbano de São Paulo. Eu uso essa caneca todo dia, mas uso em casa, não uso na faculdade. Na escola a gente continua usando o copo descartável, tentando fazê-lo de maneira um pouco mais racional, consumindo talvez menos copos. A direção da faculdade fez um contrato com uma dessas empresas que fornecem café de máquina, gratuito aos docentes e funcionários, mas cobra se alguém quiser um café que não seja o básico. Fizeram lá um cálculo que é mais barato manter a máquina. Se eu quero um *cappuccino* com creme de leite, bolachinha, sei lá o quê, eu pago. Não sei bem por que não tomo café. Assim, ao mesmo tempo que a USP distribuiu essas canecas, todo mundo toma café através de uma máquina que só opera com copos e colherinhas de plástico descartáveis. Quem toma cinco cafezinhos por dia vai consumir cinco copinhos e cinco colherinhas de café. Quando se termina uma reunião do departamento, resta um saco de lixo enorme, com copos descartáveis de água, de café, colherinhas, garfinhos e pratinhos de plástico, além de guardanapos, papel-toalha usado *y otras cosas más*. Sempre há (ou havia) algum zum-zum-zum: a caneca de plástico pega gosto depois de certo tempo, fica manchada, tem cheiro ruim, tem que ter esponja e detergente para ficar lavando. Outros defendem que fosse de vidro, que polui menos do que o plástico. Mas aí quebra facilmente, não há reposição...

Há seis anos eu não tenho mais cachorro; antes, eu passeava todos os dias com minha cachorra. Há uns 10 anos os cachorros faziam cocô na calçada e ficava por isso mesmo, era normal, a gente ia se desviando dos detritos, mas nem sempre tinha êxito. Hoje, se alguém sair com o cachorro e ele fizer cocozinho na calçada e você não pegar com um saquinho plástico, você fica numa situação meio delicada, alguém chama a atenção, já presenciei brigas a respeito. Vai depender do bairro onde se reside, de como a comunidade encara a questão. Eu diria que é um processo que ainda não se completou. O mesmo se dá em condomínios, a maioria ainda sem a coleta seletiva.

Então, eu acho que toda a produção, a pesquisa em educação ambiental, a meu juízo, é algo extremamente relevante e, acredito, talvez seja uma das áreas em que o componente interdisciplinar deve dar o tom, mais do que em muitas outras áreas em que atuamos.

Eu pararia por aqui e espero ter levantado algumas questões que possam ser úteis para os propósitos do V Encontro. Espero, também, ser provocado para tentar responder a dúvidas ou pontos que eventualmente possam ter ficado obscuros. Se perceberam aqui um pouco as minhas hesitações, as minhas voltas, os meus titubeios, isso significa, talvez, que houve a troca intelectual, o que para mim é extremamente positivo. Obrigado pela atenção.

### **Pergunta: Professor Luiz Marcelo de Carvalho**

Queremos agradecer muito, Afrânio, a sua colaboração. Acho que você traz questões extremamente instigantes para nós. Quando você fala que olha um pouco para essas últimas duas reuniões, eu faço a seguinte pergunta: o que é que você percebe? Que é um campo que está aí se estabelecendo? O que é que vem desse seu olhar em relação aos trabalhos que são apresentados em tais reuniões?

### **Resposta: Afrânio Catani**

Há um cronista que foi muito famoso no Rio de Janeiro, nos anos 1930, 40, 50 e mesmo no começo dos 60, talvez alguns de vocês tenham ouvido falar: Apparício Torelly (1895-1971), mais conhecido como o Barão de Itararé. Piadista terrível, satirizava a tudo e a todos, ao poder constituído em especial. O Barão de Itararé tinha uma famosa frase: “Quando menos se espera que dali venha alguma coisa, dali é que não vem nada mesmo”. Acalmem-se, pois não é o que eu penso a respeito do meio ambiente. Eu examinei os trabalhos apresentados nas duas últimas reuniões da ANPED. Tivemos uma reunião do Comitê Científico da associação, na qual também participou o professor Victor Novicki, representante do GT de vocês. E Victor destacou que em 2008 foram apresentados 12 trabalhos; em 2009, o número reduziu-se para apenas 5. Bom, mas isso pode ser

uma oscilação normal, alteração nos pareceristas, alguma outra coincidência. É um sinal de alerta que precisa ser visto com cuidado, não podem ser tiradas conclusões precipitadas. Eu examinei os trabalhos, dei uma olhada geral, li os títulos e os resumos e destaquei pelo menos duas coisas. Por favor, não se sintam ofendidos com o que vou dizer, estamos aqui numa discussão acadêmica. Então, vejam só, eu vou ler apenas os títulos de alguns trabalhos, não vou ler o nome dos(as) autores(as). O primeiro título é “Narrando (re)existências: a produção de sentidos na constituição de professores educadores ambientais”. Um outro: “Enunciações das narrativas sobre educação ambiental de sujeitos praticantes”. Então, enunciações das narrativas é uma temática forte, típica de um campo em expansão, de um campo em constituição. Há alguns pôsteres e outros trabalhos intitulados “Educação ambiental: formuladora de cidadania em perspectiva emancipatória”; “Constituição de uma proposta para formação continuada de professores”; “Trabalho docente: por uma educação ambiental crítica, transformadora e emancipatória”. Bom, então o que é que eu quero dizer? Se tivéssemos um campo constituído, já plenamente legitimado, não veríamos a ideia de emancipação sendo trabalhada. Por quê? Porque já estaríamos emancipados, já seríamos donos do nosso nariz. Isso não é uma crítica, é uma constatação. É a maneira como eu consigo enxergar isso.

Um professor já falecido, Ramon Moreira Garcia, que foi meu colega na Fundação Getúlio Vargas, bolou uma espécie de roteiro-questionário que se chamava “diagnóstico emancipador”, com a finalidade de se implementarem, institucionalmente, ideias de autoavaliação quando ninguém falava a respeito. Logicamente, ele foi muito criticado e até olhado com certo sarcasmo. Ele passava esse instrumento como se fosse um questionário, todo mundo preenchia e depois isso era coordenado por áreas, fazia uma síntese daquilo e depois tudo era discutido. Através desse processo se conseguia entender o que você estava fazendo, sua produção, sua inserção institucional, quer na própria Getúlio Vargas, quer em outras organizações formais. Bem, não sei se me fiz entender: esses campos, ou campos em estado latente, têm que fazer algo semelhante, numa determinada fase. Reitero: eu não li os trabalhos, li os resumos e os títulos, mas eu acho que se enfrenta um estágio necessário para que essa área de conhecimento ou essa temática se consolide enquanto campo. Menciono ainda, por exemplo, os trabalhos “Educação ambiental e sustentabilidade: reflexões?” e “Mapeamento das tendências da produção acadêmica sobre educação ambiental”, ou ainda o minicurso “Fenomenologia hermenêutica: contribuições para a educação ambiental”. Então, o que é que me parece: ainda se está buscando um paradigma ou paradigmas, está se forçando um pouco a barra, no sentido legítimo; algo que o Renato Ortiz, se não falou isso ontem, já falou algumas vezes em outros encontros

ou congressos: é como se nós enfrentássemos, de alguma maneira, os exageros característicos vigentes quando Durkheim começava a fazer a sua sociologia na França, antes de ela se constituir em um novo campo. Ou seja, você forçando, vai dizer: “Olha, temos um campo, temos condições de trabalhar com a fenomenologia, com a hermenêutica e isso pode se reverter em uma contribuição significativa para nós”. Quando o campo já está constituído, não fazemos mais isso, já somos senhores de nossa fala. Bem, alguém pode dizer que eu estou falando tudo isso com base em pouco mais de meia dúzia de trabalhos. Em dois anos foram também apresentados vários pôsteres. Então, há experiências concretas, são esses trabalhos que eu mencionei que podem, eventualmente, distender ou delimitar as fronteiras. Nosso campo é esse, vamos abarcar determinadas instâncias, problemáticas, agências, instituições etc.

Eu trabalho também, na USP, no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM). Bom, existe uma teoria de/sobre América Latina? Não existe. São perspectivas comparadas. Mas como é que você compara? Você compara o Brasil com o Uruguai? O Uruguai inteiro tem a população de meia dúzia de bairros populosos de São Paulo, então, não dá para comparar. Então, o que fazer? Há que se buscarem problemáticas que apresentam semelhanças e diferenças e que se encontram presentes em outros países latino-americanos. Ouço frequentemente que São Paulo é assim, Porto Alegre é diferente, resolveu determinado problema e São Paulo não. Bem, Porto Alegre tem algo como um milhão e meio de habitantes e São Paulo deve ter pelo menos sete ou oito vezes mais. Assim, talvez fosse necessário comparar São Paulo com a Cidade do México, com Tóquio, ou com o Rio de Janeiro. Bourdieu escreveu um pequeno e precioso artigo intitulado “A ilusão biográfica”, onde critica as chamadas “histórias de vida”, muito comuns em alguns domínios das humanidades. Nas histórias de vida quase tudo é racional, tudo se explica, se consegue analisar a trajetória de alguém a partir de sua narrativa... Bourdieu vai dizer que é como você analisar o percurso de uma linha de metrô, mas sem levar em consideração as conexões que essa linha estabelece com outras linhas, o que muda completamente a análise. Se não se levar isso em consideração, não se entenderá mais nada. Portanto, eu acredito que esse domínio da educação ambiental tem ainda muita coisa para avançar, mas creio que alguns paradigmas estão se consolidando. Por exemplo, quando se lê o título de um minicurso intitulado “Meio ambiente, educação e cultura”, ministrado por três colegas, nota-se a grande diversidade de pessoas e de instituições que existem no GT, o necessário jogo político para que todos e tudo convivam, o esforço para integrar distintas perspectivas.

Ou seja, em breve talvez não encontremos mais minicurso com o título “Meio ambiente, educação e cultura”. Quando o campo estiver consolidado,

teremos algo já direto, com temáticas distintas – por exemplo, como a literatura norte-americana ou anglo-saxônica vê a educação ambiental, qual é o estado da arte da temática em vários países etc. Eu acho que alguns estados da arte seriam ricos se o GT fizesse, para sacudir um pouco a poeira, porque senão o que acontece? Também é outro problema com que a gente acaba se deparando, por exemplo, nos GTs *Educação e Trabalho*, *Estado e Política Educacional* e *Política de Educação Superior*, qual seja, receber uma imensa gama de estudos de caso. Estudos de caso são excelentes, mas depois de um certo tempo se tornam repetitivos, é preciso introduzir algumas outras variáveis nesses estudos de caso. Há um outro trabalho, “Educação ambiental para a convivência solidária com o semi-árido”. Se o campo já estivesse consolidado, provavelmente esse título seria o seguinte: “Educação ambiental no semi-árido”. Há outro título, “Entre a dupla determinação de homem e a revolução técnico-científica no campo da educação ambiental crítica”. Bom, a educação ambiental, com o passar do tempo, não dá para deixar de ser crítica; ela tem que ser crítica. Não há sentido algum praticar uma educação ambiental que não seja crítica.

Tenho um grande amigo, que é o Paulo Henrique Martinez, professor na UNESP, em Assis. Abriu-se o concurso lá em Assis, em uma matéria da área de geografia, e ele decidiu prestar o concurso. Ele é historiador, então, daria um semestre de geografia e meio ambiente, alguma coisa assim, não me lembro do título da disciplina, e em outro semestre se dedicaria à história. Ele dizia: “Puxa vida, mas eu sou historiador, não sou geógrafo”. Eu disse: “Mas como? Na tradição da USP, na tradição francesa de seus fundadores, de Pierre Desfontaines, de Pierre Monbeig, todo geógrafo é historiador e todo historiador é geógrafo”. Ele foi aprovado, assumiu seu posto de trabalho com uma certa apreensão e, quando dizia que estava lecionando a disciplina de geografia, o pessoal falava: “Nossa, mas você mudou de área, não é mais historiador”. Uma carga pesada, eivada de preconceitos. E o que ele fez? Ele foi para a área de meio ambiente, escreveu dois ou três livros, vários artigos e tem um laboratório que é, acredito, referência na área. Então, eu brincava: Foucault, na França, não tinha posto de trabalho. Então, ele conseguiu ser contratado em uma universidade no interior para ministrar a disciplina de psicologia geral. Ele detestava isso, jamais se apresentou como psicólogo, afinal, ele era filósofo, formado pela École Normale Supérieure. Ele era obrigado a lecionar duas turmas por semana de psicologia geral. Então, ele contornava a situação mais ou menos assim: tudo o que é geral não é nada, se não é nada eu posso dar qualquer coisa. Ele começou, a partir daí, a estudar e a escrever o que acabou se tornando a sua história da sexualidade. Então, creio que depois que se consegue um emprego em uma instituição de educação superior, em

um local em que haja tolerância e liberdade acadêmica, estando-se inserido em uma linha de investigação, as coisas se tornam mais fáceis.

Em suma, eu paro por aqui, lembrando que este encontro é um fórum bastante privilegiado nessa especialidade. Mas não se esqueçam do quão importante é o lugar do grupo na área de educação, onde é possível se fazer ouvir com clareza.